



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.

ANO 2021

Março

Nº 371

IRRESPONSABILIDADE CRIMINOSA

Gen Div Ref Clovis Purper Bandeira

Um amigo afirmou que estamos no mesmo barco, mas a carga está muito mal distribuída. Concordei com ele, mas, pensando melhor, acho que estamos na mesma tempestade. No entanto, uns a enfrentam a bordo de transatlânticos luxuosos, outros de navio, iate, barco, ou canoa com remos.

A turma das canoas é muito mais numerosa. Grande número já afundou, outros lutam com suas últimas forças para continuar navegando, tentando ao mesmo tempo esvaziar a canoa que tem água pela metade, não perder os remos e economizar a alimentação e a água, já escassas, para manter a esperança da sobrevivência dos filhos.

No outro extremo, a turma dos transatlânticos continua sua vida de fantasia, com todos os caprichos atendidos pelo dinheiro do papai, da mamãe ou da vovó. E, nos salões de festa do grande navio, animado por finas bebidas e música moderna, seguem nas baladas da vida, como em Ipanema, Leblon ou nos clubes ilegais de *funk* ou de *rap*, com a fé em que sua juventude e saúde são eternas e inabaláveis.

São surdos a avisos de que podem estar se contaminando ou levando para sua casa, papai, mamãe, vovó e funcionários que lá trabalham e garantem seu conforto, o vírus da pandemia que nunca os atingirá.

A cada dia, principalmente nos fins de semana ensolarados, as autoridades atuam para impedir bailes e festas com centenas de pessoas que podem pagar por elas, suas bebidas e suas drogas. Diz a imprensa, com a confiança duvidosa que merece, que chegam a ser fechados oitocentos locais de festins clandestinos em um dia, em todo o Brasil. Nos fins de semana, 1.200.

Há os que, como eu, acreditam que este é um número aproximado, pois neste Brasilão todo, não há fiscalização que chegue, e em muitos lugares quem manda são o miliciano e o traficante, que lucram com a irresponsabilidade do público, em sua maioria, jovens.

A solução é fechar tudo? Acabar com o trabalho, o investimento, o emprego e a renda, derrubar o governo – que tem pés e mãos atadas pela ditadura do Judiciário – e dominar, pelo medo e pelo monopólio de tudo, os sobreviventes apavorados?

Afirma-se que o risco da aglomeração das festas é o mesmo do trabalho e da vida normal sem aglomerações. Não é bem assim. Quem está trabalhando está gerando empregos, renda, pagando tributos, mantendo a máquina em funcionamento, sustentando a família, mesmo que corra riscos, o que é inevitável no seu caso.

A turma da balada, dos barzinhos, das rodas de samba, das ruas lotadas, dos pagodes, só beneficia com seu “trabalho” proprietários de bares que não cumprem as normas sanitárias, distribuidoras de bebidas, traficantes de droga e milicianos que controlam tudo isso, desafiando a lei e recebendo fiscais e policiais com violência ou tiroteios. Neste caso, as balas “perdidas” inevitavelmente vão encontrar uma vítima inocente, e sempre saíam, por definição e sem discussão, das armas dos policiais. As armas de combate utilizadas pela bandidagem são só para autodefesa, só acertam policiais, cujos enterros não atraem nenhuma autoridade e não viram notícias na mídia safada que nos desinforma e apavora vinte e quatro horas por dia.

E a juventude dourada, cabelos ao vento e cabeça oca, com a certeza da impunidade, quer é curtir, não interessa a que custo, em sua irresponsabilidade criminosa.



A conquista de Jerusalém e os Templários

Luiz Ernani Caminha Giorgis

Texto baseado em:

http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=193&identificador=ctl22_pt

“As mulheres e meninas, tanto muçulmanas quanto judias, jogavam-se aos pés dos agressores, agarrando-se aos seus joelhos, implorando e chorando pelas próprias vidas enquanto os filhos pequeninos as observavam; não houve compaixão. Suas cabeças foram decepadas ou os crânios esmagados por pedras ao mesmo tempo que os gritos das crianças intensificavam o alarido do momento até serem elas mesmas esartejadas. Bebês foram agarrados pelas pernas e arremessados contra as muralhas ou os batentes das portas para quebrar-lhes os pescoços...”

(KOSTICK, Conor. O Cerco de Jerusalém – Cruzada e conquista em 1099. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2020, p. 185).

A citação acima, do livro de Conor Kostick assusta. Mais ainda quando se sabe que aconteceu em uma das cidades mais sagradas da humanidade – Jerusalém.

E ainda mais quando se tem consciência de que os autores dessas atrocidades foram ... os cristãos ... da Primeira Cruzada, a partir do dia 15 de julho de 1099, quando os cruzados conquistaram a cidadela de Jerusalém.

Vamos aos fatos.

Em 1095, o Imperador de Bizâncio, hoje Istambul, Alexis Comneno, apelou ao Papa Urbano II solicitando mercenários, sim mercenários, para combater os turcos seldjúcidas que ameaçavam o Império Romano do Oriente.

Urbano II apelou então para os cristãos europeus para a libertação de Jerusalém, que estava sob domínio muçulmano desde 638, quando foi conquistada pelo Califado Ortodoxo juntamente com a província romana da Palestina Prima (província do Império Bizantino de 390 a 630).

O apelo do Papa, realizado no Concílio de Clermont em 18 de novembro de 1095, obteve imediata acolhida nos crédulos cristãos, em uma época na qual a religião era o poder dominante no Ocidente Medieval. Não somente entre os pobres devotos, mas também entre os nobres cavaleiros medievos que incorporavam os princípios e valores de religiosidade, retidão de caráter, coragem, dedicação, fidalguia, lealdade, generosidade, etc., bem como a noção de amor cortês, todos atributos tão característicos da Cavalaria Medieval.

Era assim, no imaginário da Idade Média, necessária a formação de um exército imbatível que se levantasse contra os sarracenos para, em Jerusalém, resgatar o túmulo de Cristo das mãos dos “infiéis” devotos do Islã de Alá e Maomé.

A promessa papal, em nome do Criador era, para os integrantes desse exército, a “salvação e a graça de Deus” (Kostick, 2020, p. 20), elemento motivador fundamental para a formação dessa expedição religiosa/militar. Era a “Vontade de Deus” (Idem).

Válido destacar que nesta época a Europa, principalmente a setentrional, atravessava um período extremamente difícil, caracterizado pela praga causada pelos fungos que atacavam o centeio e, portanto, pela fome.

A jornada de Paris (centro da Europa) a Jerusalém demandava 3.200 km, a serem percorridos pelos combatentes peregrinos a pé e a cavalo. O primeiro objetivo era atingir Bizâncio. Metade desse percurso era dominado pelos diversos inimigos e salteadores.

E assim, no primeiro semestre de 1096, de diversos pontos iniciais, 100 mil pessoas iniciaram essa grande marcha para conquistar Jerusalém em nome da Cristandade. Três anos depois, em 1099, quando os cristãos estabeleceram o cerco à cidadela, “o número de pessoas não passava de 20.000” (Idem, p. 28). O efetivo de cavaleiros com armaduras completas, os verdadeiros guerreiros para a conquista, chegava a 7.000, menos da metade do total inicial.

O exército cristão, ou um fragmento dele, havia atingido Jerusalém no dia 7 de junho de 1099, uma terça-feira. Nesta altura, os números eram: 1.300 cavaleiros, 12.000 infantes e mais sete mil pessoas não combatentes, totalizando 20 mil, mais ou menos.

Cerca de 80 mil pessoas haviam desistido da empreitada ao longo do caminho, ou morreram em função das terríveis condições de sobrevivência pela carência de alimentos e de água, situação agravada pelo esforço físico da caminhada. Não foram somente esses os fatores complicadores à grande marcha. Salteadores, bandidos, assassinos e grupos armados dos países ao longo do itinerário atacavam os peregrinos, como já referido anteriormente.

Muitos cavaleiros simplesmente...desertaram, e retornaram às suas “zonas de conforto” na Europa Ocidental. A luta por Jerusalém exigia sacrifícios...

O poder em Jerusalém estava nas mãos do sultão do Rum – Quilige Arslam I, que assumira em 1092 e que continuava sua saga de conquista das cidades da região.

Diversas vitórias e derrotas caracterizaram o avanço cristão até Jerusalém. A principal conquista foi a da cidade de Niceia, grande cidade então em poder dos sarracenos em 26 de junho de 1097.

Outra conquista, mas que mancha a honradez dos cruzados, foi a da cidade de Ma'arra (Maarat) na atual Síria, onde houve pilhagem, canibalismo e atos de verdadeira barbárie: os

conquistadores abriram os estômagos de muitas pessoas mortas à procura de moedas de ouro e prata que estas haviam engolido.

Mas Jerusalém...não seria fácil conquistá-la. Além da resistência dos muçulmanos, outra grande adversária dos cristãos foi a sede. A água era elemento precioso naquela região e naquela época. Muita gente morreu de sede. Estabelecido o cerco, um dos ataques cristãos a Jerusalém, em 13 de junho de 1099, simplesmente fracassou. Não foi suficiente a fé. A carência de água foi maior. Mas os cristãos persistiram...

Muito antes do mestre dos cercos a fortalezas Sébastien Le Prestre de Vauban – Marquês de Vauban (1633-1707), os sitiados de Jerusalém já tinham experiência desse tipo de assédio, com sítio, cerco, ataque, penetração e conquista de cidadelas fortificadas. A primeira técnica era executar um sítio prolongado e submeter a guarnição à fome e à sede.

A muralha interna de Jerusalém tinha entre 12 e 15 m de altura. Além disso, a fortaleza contava com um grande fosso externo com sete metros de profundidade e 19 m de largura em toda a extensão. As armas usadas foram a lança, a espada, o arco e flecha, atiradeiras de pedras, a balista, o aríete, manganelas, catapultas, trabucos (fundas gigantes) e torres de cerco. Os sitiados se defenderam com o famoso “fogo grego” (mistura inflamável de resina e enxofre potencializada em contato com a água, precursora do lança-chamas), arco e flecha, piche quente, cera quente, enxofre e vinagre, além de armas improvisadas. Os cavaleiros cristãos eram dotados de elmo, escudo e cota de malha.

Das máquinas de cerco a que mais se destacou, e a principal, foi o aríete. A brecha na muralha, por onde entraram os primeiros invasores, foi aberta pelo aríete. Depois, foram usadas as escadas.

De 7 de junho em diante várias tentativas de conquista foram feitas, sem sucesso. No interior das muralhas estavam 40 mil habitantes de diversas origens, muçulmanos, judeus, gregos, bizantinos, sudaneses, etc.

Em 15 de julho de 1099, uma sexta-feira, Jerusalém não resistiu e caiu em poder dos cruzados. No imaginário e na crença dos cristãos foi a vontade de Deus.

A população, na maioria, foi morta e mutilada. Cadáveres tiveram orelhas e dedos decepados para a retirada de joias. Intestinos foram esparramados à procura de moedas. Muitas vidas foram preservadas para as pessoas serem vendidas como escravos. Mulheres foram estupradas. Judeus foram simplesmente chacinados, inclusive crianças. Uma carnificina, que não recomendava as atitudes cristãs de respeito e igualdade.

Agostinho de Hipona e São Bernardo de Claraval defendiam uma doutrina que “justificava o uso da violência quando praticado em legítima defesa” (Silva, 2001, p. 17). Matar em nome de Deus era justificável e “morrer por Ele, santificável” (Idem, p. 19).

De qualquer forma, para a Igreja Romana, as Cruzadas representaram a expansão do cristianismo (Silva, 2001, p. 13), e este era o principal alvitre.

Jerusalém foi perdida em 1187 para o sultão Saladino com a derrota cristã na Batalha de Hattin (04 Jul). Em 1229, o imperador Frederico II recuperou a cidade por meio de um tratado com o sultão aiúbida Camil. Em 1244, os cristãos perdiam novamente a cidade.

A formação da Ordem Templária

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão

"Pauperes Commilitiones Christi Templique Salomonis"

Imediatamente após a conquista de Jerusalém, as ordens militares foram sendo criadas e se robustecendo, tudo com a anuência do Papa e pela iniciativa de Bernardo de Claraval (1090-1153), um abade cisterciense francês proclamado Doutor da Igreja. Foi o fundador da Abadia de Claraval, na Diocese de Langres. Quando Jerusalém foi conquistada, Claraval

tinha somente nove anos, mas sua ação em prol das ordens militares foi bem depois. Alain Demurger diz que Claraval não foi fundador dos templários (Demurger, 2007, p. 15)¹.

As duas maiores ordens foram a dos templários, a - **“Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Tempo de Salomão”**, e a dos hospitalários, a - “Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta”.

Conforme Conor Costick, o nome “Templários”

derivava do fato de que sua base se localizava no complexo que incluía a mesquita de al-Aqsa, mas que os cristãos erroneamente pensavam tratar-se do templo do Senhor (Kostick, 2020, p. 236).

O nome anterior era somente “Pobres Cavaleiros de Cristo”. Balduino II, rei de Jerusalém, foi quem os instalou em um palácio vizinho ao Templo de Salomão (Terraço de Herodes). Das construções de Balduino eles receberam, para sua igreja conventual, a Mesquita do Rochedo que (uma ironia histórica), o califa Omar, um muçulmano, começara a construir em 642. Na verdade, o rei, os seus cavaleiros e o patriarca encheram-se de compaixão pelos nobres homens que tudo haviam abandonado por Cristo e deram-lhes algumas propriedades e benefícios para proverem as suas necessidades e pelas almas dos doadores. Como não tinham igreja ou casa que lhes pertencesse, o rei instalou-os no seu palácio, perto do Templo do Senhor (Salomão). O abade e os cônegos regulares do Templo deram-lhes, para as necessidades do seu serviço, um terreno que não ficava distante do palácio e, por essa razão, foram mais tarde chamados Templários.

Como este artigo procura localizar a verdadeira origem dos templários, vinculando-a à conquista de Jerusalém, vale observar o texto abaixo, transcrito por Alain Demurger (2007, p. 23)

Quando os cristãos conquistaram Jerusalém, muitos cavaleiros dirigiram-se ao Templo do Sepulcro, e muitos chegaram depois, vindos de todas as terras. E obedeciam aos priores do Sepulcro. Havia bons cavaleiros donatos, que tomavam conselho entre si, dizendo:

"Abandonamos nossas terras e nossos amigos e para cá viemos pela Lei de Deus, para elevá-Lo e exaltá-Lo. Se estamos aqui detidos para beber, para comer e para gastar, sem trabalhar, nem fazer nada, nem pegar em armas, é porque a necessidade está na terra; e se não pegamos em armas é porque obedecemos a um sacerdote. Tomamos conselho e tornamos mestre a um de nós, com a permissão de nosso prior, que nos conduzirá em batalha quando a hora chegar."

Naquele tempo, o rei era Balduino [Balduino II]. Dirigiram-se a ele e lhe disseram:

"Senhor, por Deus, aconselhai-nos, pois, assim ordenados, pensamos em fazer mestre a um de nós para que nos conduza em batalha e assegure a terra."

O rei ficou muito contente e disse que de bom grado os aconselharia e ajudaria (Demurger, 2007, p. 23).

Parece-me, salvo melhor juízo, que os templários começaram mesmo em 15 Jul 1099 em Jerusalém. Nesta oportunidade surgiu o espírito e a mística em uma confraria laica, que os orientaria durante toda a existência formal da Ordem. A principal tarefa era a de proteger e defender o Santo Sepulcro.

¹ Este mesmo autor diz que o “mito do Templo” sobreviveu secretamente na franco-maçonaria medievá e moderna por ação de um cavaleiro chamado Ramsey que “teria tido acesso à sabedoria antiga dos construtores do Templo de Salomão pelo intermédio dos cruzados” (Demurger, 2007, p. 15). Mais adiante, diz ele que, durante a Revolução Francesa, os contrarrevolucionários criaram a ideia de um complô maçônico contra a ordem estabelecida e que “forjaram” (grifo meu) uma filiação com os templários. Conclui dizendo que “a maçonaria do século XIX irá livrar-se da sua falsa ligação com os templários” (Idem, p. 16) embora uma loja parisiense tenha feito ressurgir a tal Ordem do Templo no início do século XIX.

Mais adiante, diz Demurger: “É a esse ambiente dos *milites sancti Sepulcri* que provavelmente Hugo de Payns se associou por volta de 1115; desse ambiente surgiu a Ordem do Templo”.

Demurger defende também que a Ordem foi formalmente formada em 1119 e não em 1118. Mas é somente uma opinião dele.

Em seguida, no Ocidente, as ordens, principalmente os Templários, passaram a receber, por herança e doação, grandes extensões de terras, grandes rendas e incontáveis outros legados de menor porte. Já não eram “pobres” as ordens. Pelo contrário, passaram a acumular grandes fortunas. Os Templários tornaram-se banqueiros do Papa, dos peregrinos e de muitos príncipes. Foram os precursores das transferências bancárias através das chamadas “cartas de crédito”.

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo só foi criada oficialmente em 1118 (ou 1119), isto é, vinte e três anos depois do início da primeira cruzada, mas foi apenas em 1128, a 17 de janeiro, que recebeu o nome de Ordem do Templo e a sua aprovação definitiva e canônica, mediante a confirmação da regra. Até mesmo essas datas são contestadas por vezes e fala-se, respectivamente, de 1119 e de 13 de janeiro de 1128. Podemos pensar que os documentos que tudo indica terem sido trazidos da Palestina por Hugues de Champagne (que sem dúvida os descobrira juntamente com Hugues de Payns) não deixariam de estar relacionados com o local que, em seguida, foi afetado ao alojamento dos Templários.

Mas a versão mais aceita garante que a Ordem dos Templários foi formalmente criada em 1118, ou seja, 19 anos depois da conquista de Jerusalém, adotando os postulados de Santo Agostinho e destinando-se a policiar a Terra Santa. Seu fundador foi o borgonhês Hugo de Payens, então apoiado por oito cavaleiros da França e da Borgonha, entre os quais André de Montbard, tio de Bernardo de Claraval, e do rei Balduíno II de Jerusalém. Os Templários fizeram os votos monásticos de pobreza, castidade e obediência. Em 1128 a irmandade foi reconhecida pelo Concílio de Troyes como ordem monástico-militar com o nome de Milícia dos Pobres Cavaleiros de Cristo. Existia um forte ritual de iniciação² que significava “a passagem do profano para outro mundo” (Silva, 2001, p. 27). Existia, também, uma forte hierarquia³.

A partir daí, os cavaleiros templários deixaram a Igreja do Santo Sepulcro, então a eles emprestada pelos Cônegos Agostinianos, e foram ocupar, acolhidos pelo rei franco Balduíno II, em uma das esplanadas do seu palácio - o Terraço de Herodes, ou seja, uma das esplanadas do antigo Templo de Jerusalém.

Assim, a imagem da Mesquita do Rochedo transformou-se em “Templo de Salomão” e os cavaleiros passaram a ser conhecidos por Cavaleiros do Templo de Salomão ou simplesmente Templários.

Com o tempo, mudou a sua missão. De defensores de peregrinos passaram a ser defensores dos estados cristãos da Terra Santa. A Ordem foi mantida através dos numerosos donativos que lhes faziam na Europa – as Comendas.

A missão dos templários durou 200 anos, período no qual a Palestina foi dominada pelos cruzados. O poder dos Templários cresceu em função da disciplina militar e da organização logística. Participaram de maneira marcante da Segunda Cruzada (1147 /49).

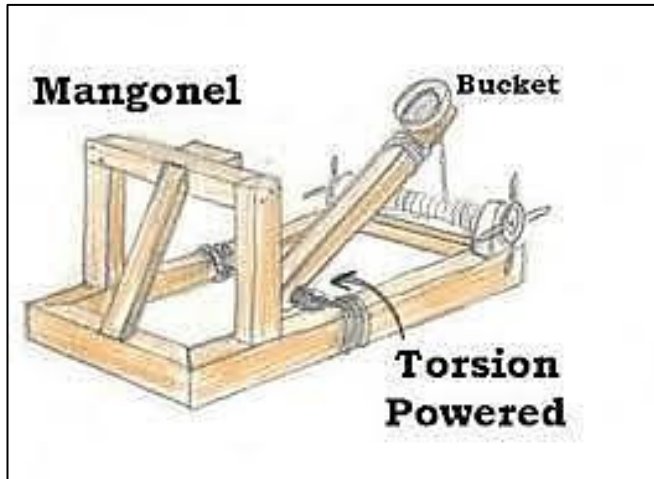
Com a queda de São João de Acre em 1291 para os sarracenos, caiu também Jerusalém, caracterizando o início do fim da história dos Templários. Perseguidos por Filipe IV de França – o Belo, a partir de um processo iniciado em 13 de outubro de 1307, acaba com a extinção da Ordem em 22 de março de 1312 pelo Papa Clemente V através da bula *Vox in Excelso*. Filipe IV os havia acusado injustamente de heresia, idolatria e feitiçaria. Foram acusados

² Conforme Pedro Silva, a iniciação incluía um interrogatório, um juramento e compromissos com o Mestre da Ordem, castidade e pobreza. Já vestido com o manto sagrado (branco) o iniciante ouvia uma oração e, em seguida, o Mestre dava um beijo na boca do mesmo, o que significava a aceitação do novo integrante (Silva, 2001, p. 30).

³ O líder supremo era o Mestre, depois o Marechal, os Comendadores, os Freires e os Restantes (sargentos e turcópulos).

também de adoração ao Baphomet (uma entidade diabólica). O último mestre templário - Jacques de Molay, foi morto na fogueira em outubro de 1314.

Em Portugal, o rei Dom Diniz decidiu manter a Ordem e os bens dos templários. E criou uma nova Ordem – a Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, circunscrita ao seu reino. Foi sob o desígnio da Ordem de Cristo que Portugal teve consolidado o seu território e o Brasil foi descoberto em 1500. Portanto, como diz Pedro Silva, Portugal e Brasil foram unidos pelos Cavaleiros Templários. Mas isto já é uma outra História.



Manganela (Fonte: Kostick, p. 298)



Trabuco (Idem)

DEMURGER, Alain. Os Templários – Uma cavalaria Cristã na Idade Média. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.
KOSTICK, Conor. O Cerco de Jerusalém – Cruzada e Conquista em 1099. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2020.
LAMY, Michel. Os Templários - Esses grandes senhores de mantos brancos. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
SILVA, Pedro. História e Mistérios dos Templários. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Acesse o novo texto do Cel Vogt **CIRCO** no
www.escritorcfvogt.blogspot.com.br

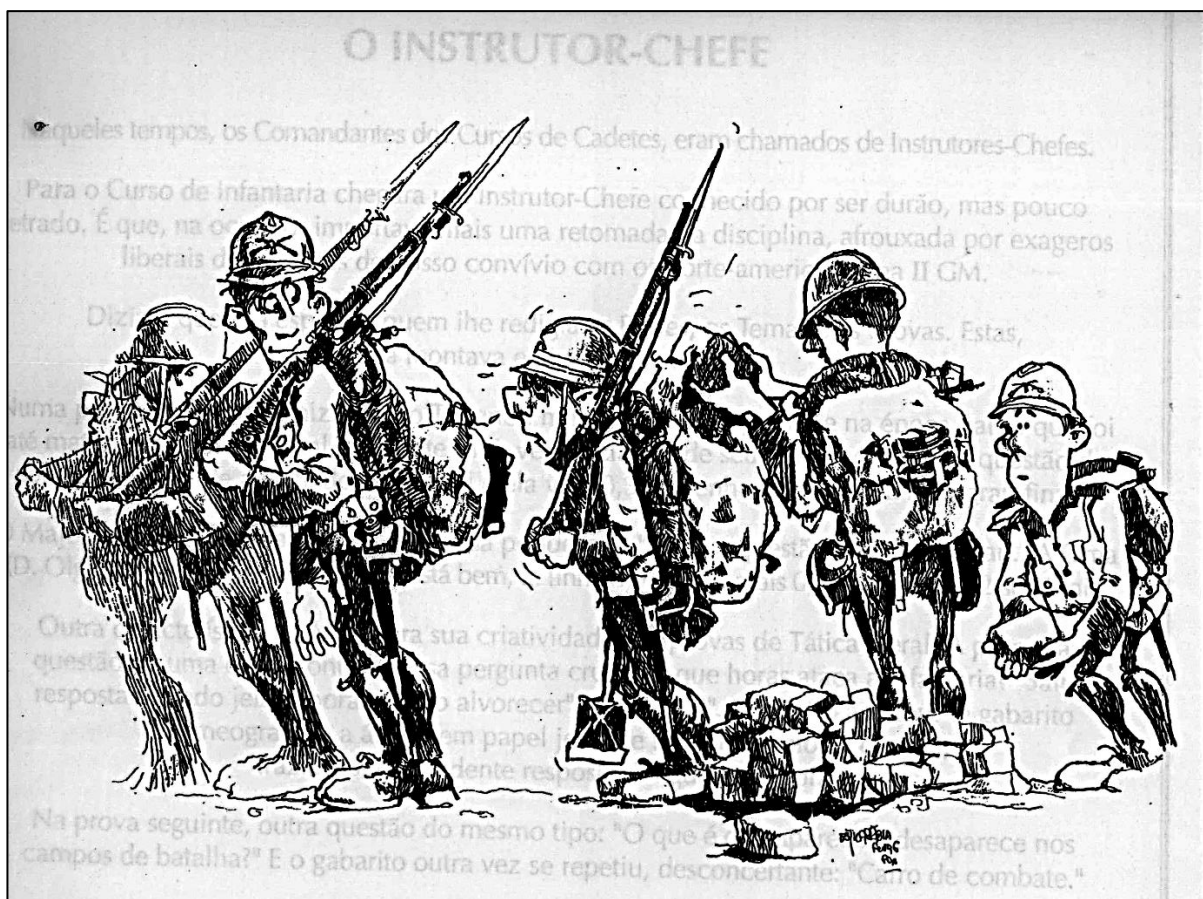
Os seguintes pesquisadores/leitores adquiriram o livro “O Exército Imperial”, contribuindo assim para a impressão do próximo livro “O Exército Republicano” e a distribuição gratuita de ambos aos cadetes da AMAN (relação provisória, somente nome, sem posto ou título): Daniel Silveira, Mármora, Prestes, Amorim, Teixeira, Fogaça, Guerreiro, Altair Lemos, Ricardo Nogueira, Guilherme Fontes, Petry e Carneiro.

HISTORIETAS DO ESTIGARRIBIA

MOCHILAS

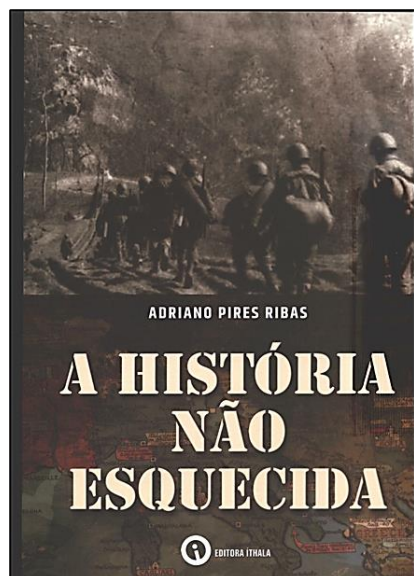
Em ordem-de-marcha, um infante carregava uns 20 quilos de equipamento, munição e armamento individual. Na sua mochila iam uniformes, meio pano de barraca com as quatro estacas de queixo, os dois paus de barraca e corda, a manta V.O. e a marmita preta. No

equipamento de lona, tipo Mills, oito cartucheiras com cinco tiros cada, o sabre-baioneta, o bernal (com o catanho maligno, composto, sempre, de ovo cozido, farofa, chocolate "refeição", bananas catarina passadas, e aquele queijinho triangular que mordida a língua), o cantil (o dos oficiais possuía um caneco verde esmaltado) e ferramenta de sapa portátil. Calçavam-se perneiras de couro envernizado e borzeguins, e o capacete era de modelo francês, de cortiça. As calças e culotes em tonalidade mais escura que as gandolas ou túnicas (a mesma diferença de tons também nos uniformes de passeio e no cinza); alunos das três Escolas Preparatórias e os Cadetes, possuíam um friso azul chamado "vivo", em seus uniformes V.O. As túnicas abotoavam-se com cintos de couro castanho e os cintos dos Oficiais tinham talabartes. Uma fábrica de calçados e equipamento, em Curitiba, confeccionava os cintos-talabartes e as perneiras mais traquejadas do Exército. Mas, voltando às mochilas, é bom lembrar que elas constituíam o símbolo do estoicismo e da raça do infante, porque não eram usadas pelas demais Armas. Estoicismo e raça que alimentavam o prestígio da Infantaria, onde dizia-se: "Os melhores são apenas bons para a Infantaria!" Porisso, certa feita, quando correu o boato que os cavalarianos iriam levar em mochilas o equipamento conduzido pêlos cavalos, a Infantaria da Academia Militar, não quis ficar para trás. Os Infantes encheram suas mochilas com pedras e paralelepípedos para tornarem-na muito mais pesadas, e saíram pelas picadas do Morro Bastião, cantando, vibrantes: "...És a nobre Infantaria, das Armas a Rainha..."



LIVROS RECEBIDOS

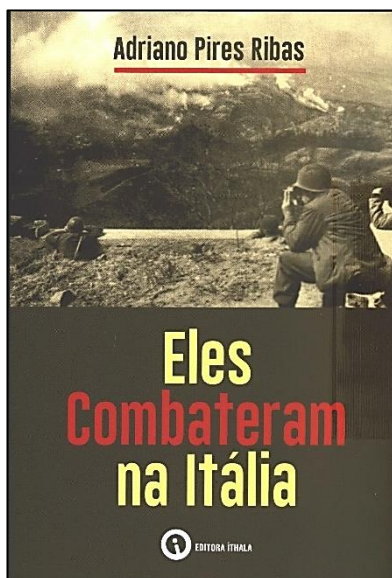
Recebemos, do autor Adriano Pires Ribas, os seguintes livros, que estão à disposição dos integrantes e amigos da AHIMTB/RS:



(1)



(2)



(3)

- (1) RIBAS, Adriano Pires. A História Não Esquecida. Curitiba: Íthala, 2019;
(2) RIBAS, Adriano Pires. A vida no ambiente Verde-oliva. Curitiba: Íthala, 2020;
(3) RIBAS, Adriano Pires. Eles Combateram na Itália. Curitiba: Íthala, 2020.

EDITOR:

**LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, CEL PRESIDENTE DA AHIMTB/RS
(LECAMINHA@GMAIL.COM)**

SITES: WWW.AHIMTB.ORG.BR E WWW.ACADHISTORIA.COM.BR

SITE DO NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR

SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM

**BLOG DA DELEGACIA DA FAHIMTB/RS EM RECIFE, PE – DELEGACIA HERÓIS DE
GUARARAPES: HTTP://HISTORIA-PATRIOTA.BLOGSPOT.COM/**